

ATA DA QUINQUAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 19-6-2019.

---

Aos dezenove dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Felipe Camozzato, José Freitas, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulinho Motorista, Paulo Brum e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, a Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Airto Ferronato, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Dr. Marcelo Rocha, Eng<sup>o</sup> Comassetto, Hamilton Sossmeier, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. A seguir, foi apregoado o Ofício n<sup>o</sup> 542/19, do Prefeito, encaminhando o Projeto de Lei do Executivo n<sup>o</sup> 006/19 (Processo n<sup>o</sup> 0275/19). Também, foi apregoado o Processo SEI n<sup>o</sup> 027.00025/2019-13, de autoria de Dr. Goulart, informando, nos termos do artigo 227, § 6<sup>o</sup>, do Regimento, sua participação, no dia dezessete de junho do corrente, em reunião do Comitê Gestor do Hospital Fêmeina, em Porto Alegre. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Marcelo Sgarbossa, Nelcir Tessaro, Mauro Pinheiro, Aldacir Oliboni, Cassiá Carpes, Roberto Robaina, Cláudio Janta, Mauro Pinheiro, Paulo Brum e José Freitas. Na oportunidade, foi apregoado o Projeto de Lei do Legislativo n<sup>o</sup> 115/19 (Processo n<sup>o</sup> 0245/19), de autoria de Ricardo Gomes. Foi apregoado Requerimento de autoria de Ricardo Gomes, solicitando renovação de votação para o Projeto de Lei do Legislativo n<sup>o</sup> 192/17 (Processo n<sup>o</sup> 1049/17). Foi apregoado Requerimento de autoria de Aldacir Oliboni, deferido pelo Presidente, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei do Legislativo n<sup>o</sup> 047/19 (Processo n<sup>o</sup> 0090/19). Em continuidade, foi realizada a chamada para ingresso na Ordem do Dia, constatando-se a inexistência de quórum deliberativo. Em PAUTA, Discussão Preliminar, esteve, em 2<sup>a</sup> sessão, o Projeto de Emenda à Lei Orgânica n<sup>o</sup> 003/19. Às quinze horas e dezenove minutos, a Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Mônica Leal e secretariados por Alvoni Medina. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1<sup>o</sup> Secretário e pela Presidente.

---

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT):** Uma boa tarde a todos e a todas. Em nome do Partido dos Trabalhadores, nesta quarta-feira, enquanto estamos aqui, lá no Congresso Nacional, o ministro da justiça Sérgio Moro está respondendo às

perguntas de senadores, e cada vez fica mais claro que houve, sim, o uso do sistema de justiça para condenar injustamente o ex-Presidente Lula. Quando eu digo isso, quero lembrar que as principais leis anticorrupção, inclusive a da delação premiada, foram fruto de debate e sanção dos governos do Partido dos Trabalhadores. Então, quando eu faço essa fala aqui não é de forma alguma que vou ser contra qualquer tipo de investigação. Eu quero lembrar aqui dos dados comparativos entre a quantidade de operações que a Polícia Federal fez nos governos Lula e Dilma em relação aos governos anteriores, eu não quero aqui errar no dado, mas é uma proporção inquestionável, se eu não me engano foram cinco mil operações contra 20 ou 30 operações nos governos Fernando Henrique Cardoso. Então, quem sobe à tribuna ou quem fala em conversas privadas ou publicamente pode criticar a forma em que, entre aspas, a justiça está sendo feita no Brasil: um Ministério Público que pergunta a um juiz e um juiz que determina como o Ministério Público deve proceder para conseguir uma condenação. Eu fico pensando, aqui, se temos, efetivamente, uma justiça que deveria com a venda simbolizar que é imparcial, portanto o Ministério Público é uma das partes; e se ele é uma das partes, existe uma outra parte que deve ser tratada com equidade, e não numa relação como a que está aparecendo pelas conversas que o The Intercept tem mostrado, essa relação injusta, eu diria, corrupta – dá para se dizer – com o sistema de justiça, que deveria ser imparcial. Repito: isso não tem nada a ver com ser contra o combate à corrupção.

Então, aguardamos as próximas informações que o The Intercept está mostrando ao País, efetivamente esse direcionamento e esse ativismo político de quem está à frente de instituições que deveriam ser imparciais, e aqui não estou falando em neutralidade, porque não existe, sabemos que mesmo quem julga traz consigo uma visão de mundo e suas preferências, mas na hora de julgar não deve ter nenhum relacionamento de parcialidade.

Fico sempre lembrando aqui do Presidente Bolsonaro, quando foi convidar o então juiz Sérgio Moro para ser seu ministro. Depois de perguntado como o Moro recebeu o convite, ele manifestou que parecia um estudante que estava recebendo o seu diploma. Parecia que tinha feito o serviço, ou seja, tirado da eleição o ex-Presidente Lula, e, por isso, mereceria um prêmio, e o seu prêmio era ser ministro da justiça.

É nesse contexto que estamos vivendo, e aqui é uma preocupação com o estado democrático de direito. Fiquei pensando se esse juiz, por exemplo, ou qualquer juiz ou juíza tivesse o mesmo tipo de relacionamento com um advogado da defesa, orientando o advogado de defesa no sentido de como fazer para inocentar o réu, seria uma desproporção tamanha, no caso que aqui estou exemplificando, essa relação ter sido feita com o Ministério Público, desvirtuando essa ideia da imparcialidade, tão necessária na justiça.

Fica a nossa preocupação, é um momento de crise; essa, sim, institucional. Falava-se tanto que as instituições no Brasil estavam funcionando, essa demonstração das mensagens que têm saído... E não adianta ficar procurando quem vazou as mensagens, qual foi o sistema. O fato é que elas estão aí e elas precisam ser respondidas com os teores que elas estão trazendo. Fica o nosso lamento, torcendo que a democracia

se restabeleça nas constituições imparciais e verdadeiramente democráticas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR NELCIR TESSARO (DEM):** Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste, eu venho a esta tribuna em Comunicação de Líder, pelo meu partido, o Democratas, agradecendo ao Ver. Reginaldo Pujol, nosso líder, para dar notícias boas. Acho que quando as notícias são boas, têm que vir à tribuna para elogiar a cidade. Em matéria de hoje, um jornal de grande circulação noticiou o acordo feito ontem da Fraport com o Município de Porto Alegre, em que o Ministério Público vinha intercedendo, para a realização daquelas obras e a responsabilização da Fraport na remoção daquelas famílias num valor até de R\$ 146 milhões.

O Departamento Municipal de Habitação construiu residências na Rua Senhor do Bom Fim, 300 unidades habitacionais, e 1.100 unidades habitacionais nos Irmãos Maristas que fica no Timbaúva, justamente, para as famílias da Vila Nazaré e os excedentes da Vila Dique, e eles estavam adensando aquela área e não poderia ser feita a expansão do Aeroporto Salgado Filho.

Lá, quando foi feita a licitação, a concessão para a ampliação das obras do aeroporto ficou condicionada ao aporte até de R\$ 30 milhões pela empresa vencedora, que, no caso, foi a Fraport. Ontem, nesta reunião, ficou novamente acertado então que a Fraport vai auxiliar o Município para realocação dessas famílias nesses dois locais – que comportam 1.400 famílias –, para assim expandir as obras do aeroporto, com gastos de até R\$ 30 milhões feitos pelo Fraport. Começou no dia de hoje também a transferência de 124 famílias que ficam na cabeceira da pista, justamente onde há necessidade de se retirar as primeiras famílias para começar a trabalhar com o aterro, que vai prolongar a pista nos seus 3.200 metros, e assim, em Porto Alegre, desçam os aviões de grande porte, principalmente os de carga, que descem no Aeroporto de São José dos Pinhais, no Paraná, podendo aumentar a arrecadação do Estado com os impostos ficando aqui no Rio Grande do Sul. Então, essa é uma notícia de grande importância para todos nós gaúchos e porto-alegrenses, porque nós sabemos que, no inverno, nós temos dificuldades no Aeroporto Salgado Filho, embora com todos equipamentos, com a pista curta. Houve empresas internacionais que já deixaram de fazer a rota de Porto Alegre até a Europa justamente pelo fato de a pista ser muito próxima, muito curta, e isso dificulta a aterrissagem de aviões de grande porte.

A segunda boa notícia que também está hoje nos meios de comunicação é que, felizmente, a nossa Casa Azul de Porto Alegre terá concluída a sua estrutura e vai ser liberada a Rua Riachuelo, que hoje está trancada para o trânsito de pessoas desde a Rua Marechal Floriano até a Praça da Matriz. Os empresários, as lanchonetes e todo o

tipo de comércio estão sofrendo, porque não se pode mais transitar com veículos naquele trecho.

Então, está dito que, até o dia 25 de outubro, será liberada, será entregue a Casa Azul totalmente estruturada para até, posteriormente, ter outros fins, mas sem haver risco nenhum de queda daquele imóvel. Que bom, Adeli, que um imóvel, no Centro da Cidade, não vai ruir.

Quero aqui aproveitar o minuto final e pedir novamente para que Executivo tenha celeridade, junto com a procuradoria municipal da área de patrimônio, para que faça com que haja a desapropriação do esqueleto. Por favor, existem pessoas interessadas em revitalizar aquele prédio. Não vamos deixar que ele caia, até porque não está tendo arrecadação de impostos. Vamos fazer pelo art. 1.276 do Código Civil, a desapropriação daquele prédio inacabado de Porto Alegre. Obrigado, senhoras e senhores.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Apregoo o PLL nº 115/19, de autoria do Ver. Ricardo Gomes.

O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE):** Ver.<sup>a</sup> Mônica, nossa Presidente, demais vereadores, vereadoras, público que nos assiste nas galerias, pela TVCâmara, venho aqui hoje saudar as ações de monitoramento das ruas de Porto Alegre, Ver. Mendes, o chamado cercamento eletrônico que a Prefeitura implantou junto com a Guarda Municipal, Brigada Militar, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Civil.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

**VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE):** Esse monitoramento tem trazido um grande resultado para a cidade de Porto Alegre. Neste mês de maio, os números nos mostram que a polícia recuperou cinco vezes mais carros furtados na cidade de Porto Alegre do que no mesmo período do mês de maio do ano passado. Além disso, hoje, qualquer pessoa pode participar desse monitoramento através de um aplicativo que a Prefeitura Municipal de Porto Alegre lançou, e os vereadores aqui tanto discordam quando se utiliza o dinheiro da Prefeitura em publicidade, mas boa parte foi usada para demonstrar a utilidade deste aplicativo #EuFaçoPOA, no qual o cidadão pode, no detetive cidadão, bater uma fotografia da placa do veículo, que é enviada para a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, e quando detectado que aquele carro foi furtado, roubado, a Prefeitura, junto com esses órgãos de policiamento, já fazem o monitoramento na hora, identificam a localização do veículo, desta forma ainda podem recuperá-lo, por isso nós estamos tendo esse índice. Aqui temos a demonstração dos números de veículos roubados neste ano de 2019 na cidade de Porto Alegre, muito por

essa parceria entre a Prefeitura, Brigada Militar, Guarda Municipal, Polícia Civil e Polícia Rodoviária Federal. Nós temos aqui os números que mostram que em janeiro deste ano tivemos 30% menos roubos de carros; em fevereiro, 48,7%; em março, um índice de 52% a menos de roubos de carros; abril, 44%; e maio, 45%. Em junho, até este período, até o dia 17, foram roubados 216, contra 393 no mesmo período, ou seja, 177 carros a menos roubados no mesmo período do mês de junho. Isso demonstra o quanto tem sido importante esse monitoramento e esse resultado do cercamento eletrônico que foi uma promessa de campanha do prefeito Nelson Marchezan, e hoje Porto Alegre conta com 93 locais com reconhecimento de placas, 162 pistas monitoradas, sendo 115 com pardais, 47 lombadas eletrônicas e 25 câmeras de monitoramento. Uma capacidade de captura de placas, atualmente, monitora 850 mil placas por dia, somando R\$ 25 milhões por mês, com um índice de alerta diária de 5 veículos furtados. Então, nesse monitoramento de 850 mil placas que cruzam por esse cercamento eletrônico, são detectados 5 veículos por dia que foram furtados, com isso é possibilitada a recuperação. Quero também aproveitar aqui para mostrar como funciona o aplicativo do #EuFaçoPOA – eu já baixei o meu, quero convidar os vereadores e a população que nos assiste para que baixe o seu #EuFaçoPOA –, é bastante simples, e a participação pelo cidadão já foi possível, neste domingo recuperamos um carro lá no Mário Quintana que tinha sido furtado, já tinha sido detectado através do alerta nas ruas e o cidadão bateu a foto no #EuFaçoPOA, foi para a Prefeitura automaticamente, foi detectado que tinha sido furtado, dessa forma a polícia recuperou esse veículo, então, com a participação da comunidade em um aplicativo bastante simples. Convidamos a todos que baixem. Para encerrar, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, gostaria de passar aqui o exemplo do aplicativo #EuFaçoPOA.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

**VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE):** Então, este é o aplicativo, espero que todos compartilhem e utilizem para que a gente possa melhorar a qualidade de vida na nossa Cidade baixando o número de furtos e roubos, conseguindo identificar e recuperar o veículo. Quem já perdeu um veículo sabe o quanto é difícil e o quanto é importante. Tenho certeza de que baixando o número de veículos roubados na cidade de Porto Alegre aquele seguro que todos nós acabamos fazendo pela insegurança, com certeza, vai baixar o preço e a cidade vai ganhar. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Queria saudar nossa Presidente, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a sessão nesta tarde. Em nome do PT e do PSOL, da oposição, quero fazer um

pronunciamento que trata da área da saúde, mais precisamente da iniciativa do governo municipal em querer terceirizar os serviços da saúde. Não é por acaso que o governo municipal está tirando a sua atribuição de gestor público para terceirizar um serviço essencial e poderá entrar numa grande furada, como aconteceu recentemente aqui em Porto Alegre, no governo anterior, que fez um contrato semelhante de terceirização com a Sollus. A chamada pública feita nesses últimos dias traz a informação que a empresa que estaria qualificada para assumir o pronto atendimento da Bom Jesus e da Lomba do Pinheiro é uma das empresas que mais tem problema judiciais, mais de cinco mil, uma empresa paulista, Ver. Robaina. Será que é uma semelhante à Sollus? E olha que ela não vai assumir o Programa de Saúde da Família, como aconteceu com a Sollus. Vai assumir dois prontos atendimentos que serão transformados em UPAs e receberão do governo municipal mais de R\$ 3 milhões mensais para fazê-lo. O governo vem com a ideia de que a UPA amplia o número de oferta de serviços e de leitos. Mas é evidente! Para a UPA porte 3, os governos municipais recebem direto do fundo do governo federal R\$ 800 mil mensais. Somente pelo fato de optarem pela UPA porte 3, que amplia o atendimento, segundo o governo municipal. Antes, quando o governo foi às plenárias da saúde, Ver. Carús, disse que aumentava os atendimentos de 13 para 18 mil. Agora está dizendo que aumenta de 3 mil procedimentos para 5 mil. Venderam para a comunidade uma grande mentira, e a grande mentira se efetivará quando essa empresa assumir esse serviço de extrema importância para a cidade, que é o atendimento à saúde da população. O governo, ao se eximir da responsabilidade, transferindo a gestão para um terceirizado, não terá mais gerência sobre isso. Inclusive, muitas vezes, as portas dessas UPAs poderão estar fechadas, como acontece hoje com a única UPA que tem na região norte, que tem gestão do Grupo Hospitalar Conceição, onde muitas vezes as portas estão fechadas.

O governo municipal tem que desistir desse processo de terceirização da saúde, tem que desistir da terceirização da gestão da saúde do HPS. Já foi denunciado pelo Ver. Robaina e pela Ver.<sup>a</sup> Sofia, nas frentes estaduais e municipais, sobre o descaso na saúde do HPS, por exemplo. Nós não podemos ficar calados. Isso nos dá munção para uma CPI para poder chamar esses possíveis ganhadores das terceirizações feitas, porque, na verdade, o que apresenta na sua idoneidade, que nem tem, são processos já há um bom tempo. É um apelo que nós fazemos, porque, uma vez feita essa concessão e essa terceirização dos serviços, não tem mais volta. Não tem mais volta a não ser fazer uma ação judicial para afastá-los e, depois, se acontecer como a Sollus, também judicializar para ter esse recurso de volta. Inclusive com a Sollus aconteceu de alguns de seus gestores serem presos e tiveram que devolver R\$ 11 milhões para o erário, para o Município de Porto Alegre. Portanto, em nome das comunidades que se manifestaram lá nas reuniões que a COSMAM fez, como as que foram feitas aqui na Câmara, apelamos ao governo para que desista desse processo da terceirização da saúde. É um desrespeito à função que lhe cabe, como gestor público, e um desrespeito aos servidores públicos, àqueles que lá estão, que fizeram concurso público, e também aos que aguardam assumir uma posição que lhes foi atribuída e conquistada. Portanto, prefeito

municipal, desista desse processo, porque não vai dar certo, e o senhor, possivelmente, será responsabilizado. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP):** Quero saudá-la, Ver.<sup>a</sup> Mônica, Presidente da Casa; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. Eu não posso ficar apenas escutando as bobagens que são ditas desta tribuna. Eu gostaria de dizer ao Ver. Sgarbossa que conheço muito bem o irmão dele, que é promotor de justiça e que pensa totalmente diferente do vereador; ele tem outra opinião, e as opiniões devem ser expressadas. O dia que o vereador tiver oportunidade, pergunte ao seu irmão se em alguma vez o juiz não falou com o promotor, com a Brigada ou com a Polícia Civil? O vereador acha que as pessoas decidem sozinhas? O vereador acha que os poderes não conversam? Nós não conversamos com o promotor, com o juiz, com o deputado federal, com o deputado estadual, com o governador, senador, com o Presidente? Então, tem que ter muito cuidado ao comentar, porque vários juristas, vários ministros do Supremo já deram até parecer que isso é a coisa mais normal, conversar, até porque essas conversas, até agora, a gente não sabe o que é verdadeiro e o que não é verdadeiro, vamos ser sinceros, já estão atingindo outras áreas do País, até do Supremo, jornalistas. Então, nós temos que ter muito cuidado, porque vocês se apegam num detalhe do Moro. O Moro não decidiu, quem decidiu foi o TRF4, que condenou o Lula, e o Lula tem quase mais dez processos pendurados nas costas. O dia em que ele sair da cadeia, que eu acredito que em seguida saia, ele vai ter que voltar, assim como voltou o José Dirceu. O José Dirceu saiu e voltou, porque o ladrão tem que ficar na cadeia. Assaltaram o Brasil. E nós não podemos ir para o lado ideológico, o lado ideológico perdoa muito bandido, o lado ideológico perdoa muito ladrão neste País. A Lava Jato é uma realidade, não adianta vocês se preocuparem, ela vai seguir. Vocês viram o que aconteceu ontem em Santa Catarina? É um pedaço da Lava Jato em Santa Catarina. Isso, em seguida, pega aqui. Tem muita gente envolvida, desde vereador à Presidente da República. Dois Presidentes da República já foram presos. Essa é a realidade. O País não pode se afastar dessa realidade da Lava Jato. A Lava Jato é a melhor coisa que aconteceu neste País, quem sabe por toda a sua existência. Foi a maior roubalheira do mundo, protagonizada por vocês, inclusive, para não dizer que aqui vou falar só de vocês, do meu partido também, que eu não concordo. O que falta ao PT é uma mea-culpa. O PT jamais vai assumir cargo de potencial enorme no País se não fizer a sua mea-culpa, porque ideologia não leva ninguém ao futuro, ideologia leva à cegueira, as pessoas não enxergam mais, as pessoas só olham um lado. Se tu me perguntares – vou ser sincero aqui – se eu admiro mais o Moro ou o Bolsonaro, eu digo que o Moro. E é esse o peso de vocês. O Moro é o grande problema de vocês e da sociedade corrupta. Mas ele não é Presidente da República, ele é um simples ministro, pode sair a qualquer

momento, destituído pelo Presidente da República. Isso pode acontecer, já aconteceu com muitos, mas a sociedade confia, e o dia em que a sociedade não confiar nas instituições públicas, no Ministério Público, Justiça, Brigada Militar, lá no centro do País eles chamam de Polícia Civil, Polícia Militar... Nós temos que confiar. A classe mais desacreditada qual é? É a nossa, é a dos políticos, que tem que se restabelecer, fazer uma reciclagem para admitir que houve e que há ainda muita corrupção no País, e nós mesmos temos que não deixar. Toda corrupção começa pequena, começa com a dos municípios. Ou vocês acham que essas coisas que acontecem às vezes, até na Prefeitura de Porto Alegre, quem é que patrocina? Às vezes na Procempa, às vezes no DMAE, às vezes no DEMHAB. Quem é que está lá, quem é o pai dessas crianças que botaram lá? Ou vocês acham que nasceram da noite para o dia na sociedade? Então há corrupção, sim, e nós temos que admitir que existe na política e em todos os setores da sociedade. No empresariado também tem corrupção, estão pegando os empresários que fizeram conluio com os políticos. Esta é a realidade: a Lava Jato não tem nada a ver com política! Ela faz parte do Ministério Público, da Justiça, e a Polícia Federal está atuando. Então eu acredito que é isso que nós temos que apoiar. O Moro não é o problema! O problema é o País, a corrupção que tem no País. Sabe quem é que mais denunciou vocês e matou a perspectiva de defesa de vocês? O Palocci! De quem era o Palocci? Era do PP, do PMDB, do PSOL? Não era! Ele foi ministro de vocês, ele tinha a chave do cofre que vocês assaltaram, e vocês quase quebraram este País. Foi ele, não foi ninguém de outro partido, não foi o Ministério Público, não foi a Justiça. Foi o Palocci que entregou vocês.

Qual é a maior denúncia que houve em relação a vocês, PT, que não faz a mea-culpa? O Palocci. Eu acredito mais no Palocci. Ele estava lá com o dinheiro, ele contava o dinheiro, era o dono do caixa e disse claramente que o PT roubou este País. Essa é a realidade que vocês não querem admitir. Não tem volta! Vocês quase quebraram o País, quase quebraram o Estado e o Município. Essa é a realidade! Vocês são péssimos administradores, vocês são corruptos! Vocês, vereadores, são gente boa, são gente em que eu confio; agora, no teu partido tem muito ladrão, como no meu tem e no dos outros tem. Nós temos que admitir! Só a Lava Jato para terminar com essa corrupção no País. Obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Saudação, Sra. Presidente, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal; vereadores e vereadoras; o Ver. Cassiá Carpes nos convidou para um debate nacional, e eu preparei a minha intervenção sobre um problema pontual da Prefeitura de Porto Alegre.

Acho útil o debate que o Ver. Cassiá Carpes nos trouxe, acho necessário, quem sabe e quem conhece a trajetória do PSOL sabe que o PSOL tem se caracterizado



pelo combate à corrupção. E há muita corrupção no País, há muita corrupção na política e há muitos corruptores, empresas corruptoras, sobretudo as empreiteiras, os bancos, e nós sabemos agora que há uma crise, porque, de fato, nós que queremos seguir combatendo a corrupção vemos que, infelizmente, o Ministério Público acabou tendo uma relação com o juiz Sérgio Moro que era uma relação ilícita e acabou fazendo a perseguição mais a um partido e não ao conjunto do sistema. Isso, para nós, é mais crítico e mais grave, é utilizar a justiça para interferir no processo político prejudicando um partido e protegendo outros. Isso que nós somos críticos ao PT, ao governo do PT, mas, ao mesmo tempo, não se pode deixar de considerar que o juiz Sérgio Moro, na sua opção política de apoiar o governo Bolsonaro, tratou de enfraquecer o partido que fazia o contraponto ao projeto que o Bolsonaro representava, embora fosse um contraponto que eu considero absolutamente limitado, razão pela qual o PSOL sempre foi oposição de esquerda aos governos do PT.

Mas eu vim falar aqui nesta tribuna sobre a questão municipal, sobre a Prefeitura de Porto Alegre, porque nós temos um quadro na cidade de Porto Alegre, que é o que nos compete discutir de modo mais aprofundado aqui na Câmara, de descaso muito grande com a cidade. Eu tenho reclamado que o governo municipal não faz investimento público, o investimento planejado foi de R\$ 3 milhões e os gastos em publicidade planejados para este ano são de R\$ 34 milhões. Portanto, o governo municipal gasta dez vezes mais em propaganda do que faz do que efetivamente faz, porque é um investimento que não passa de R\$ 3 milhões. Eu, em janeiro deste ano, já havia alertado a Câmara de Vereadores e o Ministério Público de Contas sobre uma preocupação com a licitação que foi executada para utilização dessas altíssimas verbas publicitárias: R\$ 34 milhões. Apresentei no Ministério Público de Contas a preocupação com a comissão julgadora daquela licitação, pois ela tinha muitas pessoas ligadas ao PSDB, gente que havia sido ligada às campanhas do PSDB, ao governador Eduardo Leite, à Prefeitura do Marçezan – apresentei no Ministério Público de Contas essa preocupação. Resulta que hoje, indagando aqui da liderança do governo soube que, justamente, por orientação inclusive da PGM, foi suspensa a licitação que havia começado. Então estamos em junho, hoje, dia 19 de junho, e há uma revogação do processo de licitação. Em janeiro eu apontava problemas sobre a publicidade. O líder do governo pergunta qual é a licitação; é a licitação dessa enorme verba de publicidade de R\$ 34 milhões. Acaba de haver a revogação da licitação, Ver. Oliboni; e nós estamos já na metade do ano! E quem acompanha a televisão vê que o governo está efetivamente gastando muito em publicidade, fazendo muito pouco, mas com muita propaganda em canais de televisão. Eu estou preocupado como está sendo gasto esse recurso, como está sendo gerenciado esse recurso na medida em que a licitação foi revogada. Para nós, isso é muito preocupante, porque é um volume de dinheiro razoável. Nós consideramos preocupante desde o início; por isso, Presidente Mônica, eu levei ao Ministério Público de Contas uma preocupação sobre a transparência da licitação, resultando que foi revogada a licitação que havia sido feita. Evidentemente que nós pedimos explicações das razões pelas quais isso ocorreu, pedimos explicações de como está sendo gerenciada

essa enorme quantidade de dinheiro que a Prefeitura Municipal de Porto Alegre está usando para fazer propaganda de suas obras. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD):** Sra. Presidente, colegas vereadores, público que nos assiste através da TVCâmara, da Rádio Web e nas galerias, queria perguntar a todos vocês: o que é mais rápido do que o tempo? O Ver. Mendes Ribeiro ficou me olhando. Ver. Mendes Ribeiro, mais rápido do que o tempo é a arrecadação de impostos neste Brasil. É muito mais rápido do que o tempo, porque um minuto de impostos neste Brasil custa a cada um de vocês que está aqui, que está nos assistindo, que está nos ouvindo R\$ 5.686.000,00 – isso é o que consta em um minuto. Um minuto do povo brasileiro é mais rápido do que o tempo, do que a ganância governamental de arrecadar, a ganância governamental de tirar o dinheiro do bolso das pessoas e não nos dar nada em troca na saúde, na educação, na segurança, na infraestrutura. Só se vê prefeitos e governadores pedindo cada vez mais recursos na União, e a União retendo esses recursos. Esse imposto que, até eu subir aqui na tribuna, chegou a R\$ 1.166.532.849.000,00 arrecadados, daria para encher 385 contêineres de 20 pés com notas de R\$ 100,00. Vocês imaginem uma fileira de 385 contêineres de 20 pés recheados com notas de R\$ 100,00. Esse dinheiro, na poupança, renderia R\$ 6.781.275.678,00. Só que, enquanto os colegas falavam aqui, deu um tempo de 25 minutos, eu marquei o que rendeu de juros. Uma pessoa que tivesse esse dinheiro aplicado na poupança ganharia R\$ 306.103,00 de juros, em 25 minutos. Esse dinheiro, a pessoa ganhando 50 salários mínimos por mês, ficaria ganhando uma média de R\$ 5 mil por mês, por 2.074.543 anos. Isso é que tiram do povo brasileiro, uma ilusão de que pagamos impostos neste País e não precisamos ter plano de saúde. Uma ilusão de que pagamos impostos neste País e os problemas de energia, de gás – que já está R\$ 80,00 o botijão –, seriam resolvidos.

O governo arrecada, por minuto, R\$ 5.686.000,00, ele tira do cidadão brasileiro, do trabalhador, dos empregados, ele tira no arroz, no feijão, no óleo, no açúcar, na massa, tira na merenda escolar, tira do povo brasileiro esse valor, ceifando-o de ter condições dignas de vida. Tenho certeza de que se esse dinheiro estivesse no bolso dos trabalhadores, no bolso das pessoas, elas teriam muito mais qualidade de vida. E não se vê nada do governo em direção a diminuir juros, impostos, a acabar com esse sofrimento do povo brasileiro.

Então, nós exigimos que seja diminuída essa carga tributária, que sejam diminuídos os juros e o *spread* bancários, para, de fato, gerar emprego neste País. Não é com medidas que tiram direitos dos trabalhadores, não é com medidas antidemocráticas que se gera emprego neste País. Gera-se emprego neste País valorizando a indústria nacional, baixando os juros, baixando os impostos, fazendo com que a indústria

nacional cresça, porque quem tem dinheiro para investir, para aplicar, dinheiro próprio, não dinheiro do BNDES, não da sonegação de impostos, jamais iria construir uma empresa, jamais iria gerar emprego neste País, porque, a cada um minuto que estivesse trabalhando e produzindo, o governo estaria arrecadando R\$ 5.686.000,00 do bolso das pessoas, como arrecada até hoje. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

**VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE):** Presidente Mônica, demais vereadores e vereadoras, público que nos assiste. Em primeiro lugar, quero tentar responder ao Ver. Robaina e ao Ver. Oliboni. O Ver. Robaina diz que o governo não faz investimentos. Realmente, o governo tem dificuldades de fazer investimentos porque, nos últimos vinte anos, Porto Alegre está no vermelho. A sua despesa é maior que a sua receita, e acabam faltando recursos para investimentos, principalmente investimentos do Tesouro, buscaram-se recursos de financiamentos. Este governo nem financiamentos poderia fazer para investimentos no início deste governo, 2017, 2018, tendo em vista que ele estava no negativo, foi rebaixado pelos índices, então o Tesouro Nacional não estava autorizando o Município a contratar financiamentos. Agora, como nós já aprovamos os projetos estruturais da cidade de Porto Alegre, já é possível, e o governo começa a buscar investimentos para a cidade de Porto Alegre, além disso, nos próximos anos, a partir de 2020, estaremos no azul, e o governo poderá fazer investimentos com recursos do Tesouro Nacional.

O Ver. Oliboni fala do pronto atendimento da Lomba do Pinheiro e da Bom Jesus. O Ver. Oliboni – com todo o respeito e admiração que lhe tenho – está muito mais preocupado com a corporação do que com o usuário do sistema de saúde. Pois ali nós temos 199 trabalhadores da saúde, serão remanejados para outros locais, e esses, sim, estão contra a contratualização nos prontos atendimentos da Bom Jesus e da Lomba do Pinheiro, que, na minha visão, diferente de V. Exa. ficará muito melhor para a população, para o usuário do sistema. Esse sistema será contratualizado, teremos mais investimentos, serão reformados os dois prontos atendimentos. A ideia é transformá-los em UPAs, com isso a população, o usuário do sistema terá melhor atendimento. Quanto à organização social que foi vencedora, paulista, ainda não chegou ao final, num primeiro momento ela foi a primeira colocada. Ela tem mais de 515 contratos espalhados pelo país, mais de 300 contratos com a cidade de São Paulo. Então, é uma organização que tem vasta experiência, atua em vários estados, em vários municípios e, com certeza, fará um excelente trabalho na cidade de Porto Alegre, assim como tem feito em vários outros municípios. Se V. Exa. pesquisar um pouco mais, vai ver o excelente trabalho que tem sido feito. Realmente teve um contrato em Florianópolis – desses mais de 500 contratos que essa empresa tem – que ela firmou e que não foi até o final por divergências com a prefeitura de Florianópolis. Quer dizer, isso pode

acontecer, nem sempre o contratante e o contratado conseguem levar ao fim o seu contrato e pode ser que aconteça isso também em Porto Alegre, mas se o senhor analisar os outros, os mais de 500 contratos foram exitosos em vários estados brasileiros, principalmente na cidade de São Paulo nós temos vários contratos lá com essa empresa. Tenho certeza de que Porto Alegre está fazendo um grande negócio para o usuário da saúde. Infelizmente alguns vereadores, como os do PT e do PSOL, estão muito mais preocupados com as corporações do que com o usuário. Este vereador aqui tem a preocupação com o usuário e continuarei defendendo aquilo que eu acho melhor para o usuário, até porque esses servidores não serão afetados, não terão nenhum tipo de prejuízo, simplesmente sairão de uma unidade e irão para outros lugares, não perderão nenhum tipo de recurso, nada na sua carreira. Portanto, nós, vereadores, temos que nos preocupar principalmente com o usuário do Sistema Único de Saúde, e é isso que a Prefeitura de Porto Alegre está fazendo.

Na minha opinião é um grande avanço para a saúde básica de Porto Alegre, assim como outras coisas têm sido feitas pelo secretário Pablo, coisas de excelente qualidade que têm melhorado e que vão melhorar ainda mais a saúde do Município de Porto Alegre, como a clínica da família da Restinga, o Hospital Vila Nova, o Hospital Restinga, hoje administrado pelo Vila Nova, o Hospital Independência, também contratualizado. Vários contratos têm sido feitos na Cidade de Porto Alegre e têm melhorado a qualidade da saúde no Município, e vamos continuar avançando com os CAPSs. Quero convidar os vereadores que ainda não conhecem para conhecer os CAPSs, Centros de Atenção Psicossocial, que estão fazendo uma grande revolução na Cidade de Porto Alegre. Então, a saúde de Porto Alegre, as unidades básicas, principalmente, estão avançando numa nova forma de governar, muito melhor e preocupada com o usuário.

Eu convido os vereadores que ainda têm dúvida para que conversem conosco. Nós estamos à disposição junto com o secretário municipal de saúde, Pablo, para conhecer, e, depois de conhecer, tenho certeza de que os nobres vereadores, assim como os usuários, vão gostar, vão dar o seu aval e vão torcer para que mais contratos sejam feitos para melhorar ainda mais a saúde no nosso Município. Muito obrigado

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Paulo Brum está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR PAULO BRUM (PTB):** Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, quero agradecer ao meu líder, Ver. Cassio Trogildo, que possibilitou que eu pudesse me manifestar no tempo do meu partido, o PTB. Srs. Vereadores, como logo em seguida vamos apreciar um projeto de minha autoria, que institui o programa de transporte assistencial acessível no Município de Porto Alegre, conversando com o Presidente do Comdepa, amigo Nelson Khalil, que se faz presente aqui nas galerias, defensor dos direitos das pessoas com deficiência aqui da nossa Capital, a preocupação

do Nelson passa a ser a minha preocupação; por quê? O objetivo desse projeto é criamos em Porto Alegre um transporte assistencial acessível que possa beneficiar, que possa atender às pessoas com deficiência física com alto comprometimento quanto à sua locomoção, ou seja, aqueles que não conseguem ser atendidos hoje pelo sistema de transporte coletivo que está sendo aplicado em Porto Alegre. Hoje ainda não está implantado na sua totalidade, e, mesmo se for, há uma grande parcela da população constituída por pessoas com deficiência física com alto grau de comprometimento da sua locomoção que não será atendida, mesmo que se tivéssemos 100% dos ônibus acessíveis em Porto Alegre: são aqueles que moram em locais de difícil acesso e que não conseguem ser atendidos pelos ônibus e pelos lotações. No que me diz respeito, Sra. Presidente, eu peço encarecidamente à bancada do PRB – nas pessoas dos vereadores José Freitas e Alvoní Medina –, que V. Exas., se puderem, retirem a Emenda nº 02, pois, se aprovada, irá prejudicar em muito o que se quer com a implantação desse sistema.

V. Exas. estão estendendo também o transporte acessível para as pessoas obesas e idosas. Se elas tiverem comprometimento físico com certeza já estão enquadradas nesse nosso programa. Se for estendido a todas as pessoas idosas e a todos os obesos de Porto Alegre, com certeza, irá prejudicar muito a essência dessa nossa preocupação, que é também a preocupação do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

Portanto, Srs. Vereadores, peço à bancada do PRB que retire essa Emenda nº 02 ou que V. Exas. a rejeitem, para que possamos atender essa camada da população que tanto precisa e que tanto necessita desse transporte acessível em Porto Alegre. Peço, portanto, aos Srs. Vereadores que se manifestem a esse respeito. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. José Freitas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR JOSÉ FREITAS (PRB):** Presidente Mônica Leal, diante do que o Ver. Paulo Brum colocou, eu subo a esta tribuna para esclarecer a emenda, porque acho que V. Exa. não leu a emenda. A emenda diz justamente isso. (Lê.): “Fica instituído o Programa de Transporte Assistencial Acessível no Município de Porto Alegre, que visa a prestação do serviço de transporte público gratuito de pessoas obesas, idosas e com deficiência física que não possuam mobilidade e acessibilidade autônoma, ou que possuam grandes restrições de acesso e de uso de equipamento urbano e que estejam inscritas nas secretarias municipais competentes.” Então, Ver. Paulo Brum, subo a esta tribuna para dizer que é, justamente, para as pessoas que têm restrições, e não para todos idosos. Então, peço para votar na Emenda nº 2.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Apregoo o Requerimento de autoria do Ver. Ricardo Gomes, solicitando a renovação de votação do PLL nº 192/17.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, solicitando a retirada de tramitação do PLL nº 047/19.

Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, a fim de entrarmos na Ordem do Dia. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Dezoito vereadores presentes. Não há quórum.

Passamos à

## **PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR**

**(05 oradores/05 minutos/com aparte)**

### **2ª SESSÃO**

**PROC. Nº 0288/19 – PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 003/19**, de autoria do Ver. Cassio Trogildo, que acrescenta-se o artigo 116-A e parágrafos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, à Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, e dá outras providências.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Não há inscritos para discutir a Pauta. Encerrado o período de discussão de Pauta.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 15h19min.)

\* \* \* \* \*